

EDUCAÇÃO E CULTURA NEGRA: FORTALECIMENTO DE IDENTIDADES E DE DIREITOS

Leunice Martins de Oliveira – Faculdade de Educação - FACED/ PUC-RS

INTRODUÇÃO

Num mundo de grandes desigualdades, nem sempre é fácil lidar com as diferenças, porém viver em sociedade implica a necessidade de uma postura em relação às distinções estabelecidas, buscando-se compreendê-las e abordá-las de forma crítica.

É indispensável refletirmos sobre o significado da maior presença negra e seus possíveis efeitos em todo o contexto nacional brasileiro. A nossa proposta, como grupo de pesquisa, é a de compreender a diferença étnico-racial negra, no Brasil, e trabalhar em torno do binômio Educomunicação¹.

Assumimos o compromisso consciente com a formação diferenciada, trabalhando com a diversidade que necessita do conhecimento das diferenças étnico-raciais e dos novos paradigmas de equidade para auxiliar na proposta de uma sociedade de relações igualitárias como alicerce do desenvolvimento. As mudanças que pretendemos provocar apontam para espaços de formação abertos para novos saberes e experiências num contexto pedagógico em que a autonomia, o compromisso e o respeito ao outro sejam notáveis.

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial significa empreender a reeducação das relações étnico-raciais e, para tanto, pretendemos realizar uma educação de qualidade, inclusa, na perspectiva da diversidade.

Os movimentos sociais em prol dos direitos humanos contribuíram para que pessoas, colocadas à margem, conquistassem o direito de plena participação social. Estas conquistas, estão orientando a reformulação de marcos legais e políticos na sociedade.

A Declaração dos Direitos Humanos de Viena (UNESCO, 1993), trouxe o Princípio da Diversidade, colocando o direito à igualdade no mesmo patamar do direito à diferença: “o reconhecimento da pluralidade de sujeitos portadores de direitos e de seus direitos específicos como parte integrante e indivisível da plataforma universal dos Direitos Humanos”(p.7). Introduziu-se assim a Ética da Diversidade na implantação da Política Inclusiva, um grande desafio para a Educação. O enfrentamento deste quadro

¹ Educomunicação é o ato de educar utilizando os meios de comunicação de massa e as tecnologias.

exige a integração das perspectivas universalistas e diferencialistas na elaboração de uma política educacional orientada pelos valores da diversidade e do direito à diferença.

A sociedade brasileira mesmo composta por uma ampla diversidade de povos e culturas é marcada por uma enorme desigualdade social e também étnico-racial. Uma grande parte da população brasileira está à margem da sociedade, sem direito ao pleno acesso da cidadania. Assim sendo, a valorização da diversidade deve permear o currículo escolar e as relações interpessoais nos sistemas de ensino, sob pena de se criar um conhecimento estereotipado e preconceituoso do diferente. Isto implica na desnaturalização de concepções eurocêntricas que por décadas se fizeram presentes no currículo escolar, de que algumas culturas ou povos são inferiores ou menos inteligentes e na observância de que a exposição pura e simples da diversidade cultural e a celebração da diferença por si só não problematizam os conflitos e as contradições das relações étnico-raciais, assim como não aprofundam a discussão do racismo e todas as formas de preconceitos (GOMES, 2005). É preciso muito mais, incluir no currículo a história, vivências e a riqueza da cultura negra, recuperando temas e promovendo discussões que deverão fazer parte do cotidiano da sociedade.

Cabe aqui registrar, um outro marco histórico, de suma importância para a obtenção de iniciativas em nosso país, a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância em Durban (África do Sul), no ano de 2001.

Diante da manifestação da militância negra brasileira naquela conferência, denunciando a falta de cumprimento de medidas anti-racismo no Brasil e, por meio de ações, em seus âmbitos de atuação, fizeram com que as ações afirmativas ganhassem espaço e passassem a fazer parte do debate nacional.

Desta forma, tomou consistência na agenda política brasileira o tema das ações afirmativas como políticas necessárias para a redução da desigualdade e promoção da igualdade racial.

As políticas de ação afirmativa são – “políticas específicas de promoção de igualdade de oportunidades e de condições concretas de participação na sociedade para a superação do racismo, da discriminação e das desigualdades raciais” (MEC/SECAD, 2007, p.66).

Assim, o Estado Brasileiro, nas últimas décadas, assumiu o compromisso que envolve diretamente a busca de eliminação de práticas de racismo e das diversas formas de discriminação, dentre elas as dirigidas a grupos étnico-raciais, empreendendo

esforços para a promoção de um mundo social mais solidário e reconhecedor da diversidade, pois não deixar que elas se revelem é negar uma possibilidade essencial para a transformação de nossa sociedade.

Coube ao Ministério de Educação de nosso país disseminar nacionalmente a política de educação inclusiva, esperando que as escolas realizem ações que coloquem como prioridade a ampliação do acesso e do atendimento educacional especializado, criando as condições necessárias para a inclusão no ensino regular, propiciando participação e aprendizagem de todos os alunos e possibilitando o avanço às demais etapas e níveis de ensino. Os sistemas educativos devem se transformar para realizar uma educação inclusiva que responda à diversidade dos alunos sem discriminação.

E, o sancionamento da Lei Federal 10.639/03, modificada pela Lei 11.645/08, foi resultante de décadas de luta e de resistência do povo negro. A alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional com a inserção de novos artigos, referidos na Lei, provoca bem mais do que a inclusão de novos conteúdos exigindo que sejam repensadas as relações étnico-raciais nos processos de ensino e de aprendizagem. Com a sanção da Lei busca-se a reparação humanitária do povo negro e indígena brasileiros na adoção de medidas que venham a corrigir os danos de toda ordem sofridos por estes povos. Os preceitos enunciados na nova legislação trouxeram para o Ministério da Educação o desafio de constituir com os sistemas de ensino, de todos os níveis, uma Educação para as relações étnico-raciais.

Esperamos, com nosso estudo, contribuir no desenvolvimento da formação docente a partir da reflexão sobre a construção das identidades infantis na recepção da produção cultural afro-brasileira oferecida às crianças através da televisão, a partir da implantação da Lei Federal 10.639/03. O percurso metodológico previu estudos bibliográficos sobre culturas, culturas afro-brasileiras, identidades, diferenças, infâncias, educação e educomunicação. Trata-se de um estudo empírico, de cunho qualitativo, realizado em três escolas da rede pública municipal. A unidade de análise são professores e crianças receptoras de televisão. O instrumento de pesquisa utilizado foi a entrevista.

Se, no contexto escolar, as relações culturais são determinantes na construção das identidades das crianças, toda a escola deve estar envolvida na construção positiva das identidades de seus alunos. A escola passa a ser um cenário de afirmação das identidades brasileiras, incluindo a cultura negra nesse processo de construção identitária.

A educação das relações étnico-raciais positivas tem como objetivo fortalecer entre os negros e, despertar entre os brancos, a consciência negra. O fortalecimento de identidades e de direitos se efetivará com o rompimento de imagens negativas, contra os negros através do trato pedagógico das questões étnico-raciais no cotidiano escolar.

Partindo da percepção de que a cultura é o elemento fundador do caráter humano, buscou-se apoio nos estudos que situam historicamente a infância, estudos sobre a cultura em Freire (1994, 1996 e 1997) e as teorias emergentes sobre os estudos culturais, que tiveram origem nas reflexões sobre a teoria da literatura e meios de comunicação.

Vários conceitos emergentes de cultura vêm impulsionando a valorização da pluralidade brasileira e suas diversas manifestações. O sentido de cultura passa a ter relação com a produção de sentidos, deixando de ser apenas recebida, agora considerando o sujeito um agente, mediador, criativo, que pratica cultura. Desta forma, a recepção da cultura passa por um processo simbólico que transforma a realidade e envolve as reelaborações realizadas pelos sujeitos, influenciados pelo ambiente.

A Lei Federal 10.639/03 e a Lei Federal 11.645/08, que inclui a temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" no currículo oficial da Rede de Ensino de todo o país, vem trazer um novo patamar para a produção cultural destinada à criança brasileira. As diretrizes que amparam a lei asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros.

Propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial, descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (MEC/SECAD, 2006).

Produções Culturais Afro-Brasileiras a partir da Lei 10639/03

Nossa pesquisa, inicialmente, tratou da diversidade étnica, cultural, social e econômica do Brasil, realizando o levantamento da produção afro-cultural para a criança brasileira, situando o papel da *literatura infantil* na emancipação da criança, estabelecendo um diálogo com outras manifestações culturais destinadas a infância tais como: *o brinquedo, o cinema, o suplemento de jornal, a programação de tevê e o site de Internet*, a fim de investigar quais produtos afro-culturais estavam sendo oferecidos a todas as crianças do país, consideradas, para tanto, aquelas manifestações culturais que traziam a temática "História e Cultura Afro-Brasileira" destinadas à criança e produzidas a partir da Lei. Os dados coletados foram descritos, registrados e analisados conforme a especificidade de cada item constituinte.

O *corpus* estudado foi composto a partir de fenômenos culturais efetivamente consumidos pela criança e tal critério estabeleceu a validade da pesquisa, pois se debruçou sobre os produtos culturais em circulação, nacionais e internacionais, assim sendo, os dados levantados permitiram um mapeamento da produção afro-cultural destinada à criança. E, com base na diversidade das diferentes manifestações culturais a serem analisadas, foi necessário o levantamento e estudo de bibliografia especializada relativa a cada área, na medida do desenvolvimento do trabalho.

A continuidade da pesquisa busca a reflexão sobre a construção das identidades infantis na recepção da produção cultural afro-brasileira oferecida às crianças brasileiras através da televisão e está centrada na investigação e análise de produtos culturais destinados à criança, à luz de uma perspectiva sociocultural, considerando as especificidades do ser infantil. Nesta investigação, optou-se pela escolha de um *corpus* específico, *a televisão*, tendo em vista a amplitude do tema e a diversidade de itens passíveis de estudo.

Raquel Paiva (2001), nos diz que na sociedade contemporânea, a identidade construída a partir de uma estrutura social – antes determinada pelas mediações tradicionais como a família, a religião, o Estado, a escola e o trabalho – é atravessada pela estrutura da mídia, que assume um lugar social ao ditar condutas padronizadas para diferentes populações.

John Thompson (1998) elabora uma teoria social da mídia e salienta que os teóricos sociais têm dado pouca importância ao poder simbólico dos meios de comunicação, que vem transformando o mundo desde a crescente circulação de materiais impressos no século XV, até o advento da Internet.

Mediações : o papel do professor

Refletir sobre as relações das produções audiovisuais com o cotidiano, com o comportamento e com a construção da autoimagem das crianças e suas possíveis influências e desdobramentos no âmbito escolar faz-se necessário, tendo em vista que hoje a realidade de vida de nossos alunos está profundamente marcada pela experiência interativa com a mídia.

É inegável a repercussão da mídia sobre as crianças influenciando sobre as vidas, atitudes e perspectivas. Por isso, é necessário que se selecione conteúdos que levem em conta a idade e as necessidades do desenvolvimento do público infantil. A televisão pode ser usada como um instrumento educativo, podendo ser uma ferramenta educacional poderosa. Uma televisão educativa bem planejada e adequada à faixa etária poderia ser não só um entretenimento como também ser benéfica para as crianças. Ao oportunizar a elas a verem a si mesmas e suas culturas nas mídias, contribui-se para a construção de uma identidade positiva, quebrando estereótipos e preconceitos sociais.

O papel do professor como mediador do processo de aprendizagem consiste em auxiliar as crianças a compreenderem e interpretarem de maneira crítica as informações veiculadas, buscando entender a intenção persuasiva da mensagem.

As crianças começam a reorganizar suas formas de pensamento em relação à questão étnico-racial, pois suas experiências com a mídia televisiva e o desenvolvimento de suas autoidentidades são processos entrelaçados e contínuos. Daí a importância de selecionar temas relevantes para a formação das autoidentidades individuais, sendo necessário que se pesquise mais sobre as experiências que as crianças têm da realidade cotidiana, compreendendo que as autoidentidades não são simplistas, nem estáticas (HALL, 2000, 2002). Estes processos dialéticos e múltiplos de autoidentidade estão estreitamente vinculados ao modo como as crianças experenciam a mídia.

Ao defendermos a possibilidade de uma educação emancipatória temos que assumir o compromisso de analisar e refletir sobre o conteúdo das produções audiovisuais que as crianças legitimam diariamente e que acabam se constituindo em importante elemento do mundo infantil, carregado de sentidos/significados. Ao oferecermos na escola produções culturais que contemplem a temática da negritude através da televisão, na sala de aula, a escola passa a ser um cenário de afirmação das

identidades brasileiras, incluindo a cultura negra nesse processo de construção identitária.

Para Fleuri (2003), sob a perspectiva da interculturalidade, existe um processo de intervenção contínua nas relações entre teoria e prática, entre os conceitos e suas múltiplas significações, oriundas do diálogo entre diferentes padrões culturais de que são portadores os sujeitos que vivenciam o processo educativo, recuperando a visão complexa e sistêmica de todas as produções de conhecimento.

Com Paulo Freire (1996), entendemos que a Educação é o processo de problematização da realidade; do enfrentamento (e do questionamento) dos problemas que envolvem o sujeito. Através do diálogo com o meio sociocultural sobre os desejos, as necessidades, as perspectivas de mudança e da tomada de consciência provocaremos o nascimento de uma nova síntese cultural. Desta forma, temos o desafio de instaurarmos o diálogo crítico e reflexivo com as crianças, possibilitando que possam “ser mais”, que alcancem a consciência crítica e novas formas de ação.

A transformação da pessoa e da sociedade não se dá por decreto, mas quando se tem uma legislação que defenda os direitos à cidadania igualitária temos que utilizá-la e ultrapassá-la, buscando a formação de um novo ser humano, com atitudes, posturas e valores que respeitem as diferenças. Neste sentido, a educação é aqui entendida como um processo de humanização, voltado para uma reflexão do ser humano e da abertura deste para o outro (FREIRE, 1994, 1996, 1997).

A luta contra toda e qualquer forma de naturalização e estigmatização das diferenças tornou-se um dever da humanidade, pois as experiências humanas vividas e as que assistimos neste início do século XXI têm-nos revelado que a intolerância, o racismo e a discriminação, ou seja, as formas de lidar com as diferenças, poderão nos levar a intensos processos de desumanização. É nessa trama que a diversidade cultural vai sendo tecida e construída e, é também no meio desta trama, que ela deverá ser compreendida, refletida, avaliada e colocada em prática por todos que tenham uma responsabilidade profissional e ética.

Posições de sujeitos investigados

Dos resultados obtidos com a pesquisa, verifica-se que a televisão brasileira vem exibindo maior número de afro-brasileiros em suas programações e as imagens são recebidas de modo favorável pelas crianças investigadas nos espaços escolares, contribuindo para a construção de suas cidadanias. Os negros famosos mais citados pelas crianças foram: Barack Obama, Michael Jackson, Ronaldinho Gaúcho, Rihanna e Will Smith. Os programas mais assistidos, com personagens negros, são: Eu, a Patroa e as Crianças; Um Maluco no Pedaco; Cory na Casa Branca; As Visões de Raven; Chica da Silva; Sítio do Pica-Pau Amarelo e Malhação.

Em resposta aos questionamentos, as crianças revelam que “existe pouca exposição de negros na tevê” e, nesta, “os negros têm apelidos relacionados à sua cor”; disseram que “os negros são gente, são seres humanos; os negros não são escravos, não são bichos; os negros têm direitos na tevê, senão seria racismo; os negros ficam com papéis de escravos, empregados ou figurantes; é necessário conhecer a cultura negra e aprender com ela; somos iguais, não importa a cor ou raça; a pele morena é diferente, mas se é humano também, igual a qualquer pessoa; na atualidade os negros começam a interpretar papéis principais e apresentam mensagens educativas, de conscientização e entretenimento”.

Segundo os professores, “na TV os negros são serviçais, poucos são líderes; os negros são da periferia, relacionados às drogas; os negros não trabalham, não estudam; os negros são cômicos, sofrendores, violentos; a tevê apresenta um preconceito velado no Brasil, que precisa ser superado; os critérios para um melhor desempenho são de competência e não étnico-racial; a mídia influencia de forma negativa, pois é maniqueísta, sendo necessárias discussões aprofundadas”.

Compartilhamos com OROZCO (1993), o pensamento de que não existe uma criança e uma infância universal, mas sim, infâncias constituídas e inseridas sócio-historicamente nas diferentes realidades culturais. Dessa maneira, a busca de aproximações teóricas entre diferentes campos de estudos e sua relação com as produções audiovisuais (principalmente a Tevê) devem levar em conta as “múltiplas mediações” por onde passam as informações no plano do receptor e que estão profundamente relacionadas com a cultura e com o cotidiano do sujeito/criança em questão.

Por meio da vivência interativa com as produções audiovisuais, as crianças estabelecem contato com as ideias de outros sujeitos. A partir daí, constroem, desconstroem e/ou reconstroem esquemas mentais e atribuem significados ao que

assistem – o que acaba por configurar a construção de sua autoimagem, bem como de sua visão de mundo, de sujeito e de sociedade. Nessa perspectiva, Galvão e Ghesti (2003, p. 104) apontam “ para a formação individual (‘eu’) como resultado de uma experiência social”. Essa afirmativa contraria, portanto, a concepção de que as crianças sejam como telespectadores que recebem passivamente o que é apresentado pela televisão e por outras mídias audiovisuais.

As crianças não apenas assistem à Tevê, como interagem com ela e brincam, utilizando seus códigos e símbolos como parte integrante de um espaço lúdico no qual agem. Em outros termos, a criança não apenas consome o produto, mas o reconstrói pelo seu próprio imaginário. Não se pode precisar esse nível de influência direta dos meios de comunicação (mais especificamente da Tevê) nos padrões de comportamento das crianças, bem como das percepções e sentidos atribuídos por estas acerca da diversidade, uma vez que as relações humanas e a constituição da subjetividade passam por múltiplas tensões. Contudo, é inegável o fato de que as mídias audiovisuais hoje fazem parte de suas vidas, trazendo inúmeras novidades para o mundo das crianças que, diferentemente de outras gerações, convivem desde o início de suas vidas com esses meios de comunicação. “Ela, a criança, se defronta, em nossos dias, com um novo ambiente familiar e social. Antes ela tinha os pais, os irmãos, os amigos. Agora, ela tem tudo isso e algo mais: a televisão” (GUARESCHI, 1998, p. 88).

A mídia funciona como modeladora dos acontecimentos na medida em que os referencia e produz sentidos que influenciam na construção da realidade e na forma de o sujeito se relacionar com o mundo. Nesse sentido, o Projeto A Cor da Cultura, do Ministério da Educação, previu uma série de atividades com o objetivo de tornar acessíveis às escolas o conteúdo de programas. Para tanto, criou cinco programas, divididos em 56 episódios, trazendo para a tela da tevê obras de literatura infantil ilustradas, com recursos audiovisuais ricos em ludicidade (Livros Animados); a vida de grandes personagens negros do passado que se destacaram em suas áreas de atuação, representados por personalidades da atualidade (Heróis de todo o mundo); a realidade da sala de aula como pano de fundo para discussões, cujo fio condutor é um tema ligado à educação, refletindo sobre as diferenças (Nota 10); iniciativas de cunho social, girando em torno de como a sociedade pode se transformar, através da ação responsável de grupos ou indivíduos (Ação); um conjunto de documentários sobre a religiosidade de matriz africana, numa perspectiva histórica, social e etnográfica (Mojubá).

Muito embora o Projeto A Cor da Cultura seja uma iniciativa que atende aos propósitos da Lei Federal 10.639/03 e contemple um riquíssimo conteúdo, o mesmo não foi incluído na agenda de discussões das escolas pesquisadas. As professoras revelaram ter ouvido falar a respeito, mas disseram que não desenvolveram o Projeto, por desconhecimento.

Considerações Finais

Cada vez mais se intensificam propostas de uma educação inclusiva e, tratar da temática da diversidade e diferença, é um desafio para o educador, exigindo dele uma grande capacidade criativa e reflexiva para que possa superá-lo. Com relação às questões étnico-raciais se pressupõe uma apropriação teórica por parte dos educadores, refletindo sobre a forma como se percebe o outro, sobre a especificidade das relações entre brancos e negros; discutindo as formas de hierarquização, segregação, exclusão daqueles considerados diferentes do padrão aceito e valorizado como ideal; buscando saber como se construiu, ao longo da história, a ideologia de que ser diferente significa ser inferior; conhecendo aspectos da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana, numa visão diferente da abordagem trazida pelos livros didáticos tradicionais e, construindo novas formas de perceber e agir em relação a quem é diferente, repensando os seus próprios valores e possíveis preconceitos.

Ao educador cabe oferecer elementos positivos com os quais as crianças negras possam se identificar e possibilitar o reconhecimento sociocultural negro e dos valores da cultura africana e afro-brasileira, como sinônimos de positividade. A abordagem de forma apropriada da cultura negra, nos espaços de formação, utilizando a televisão como um recurso didático-pedagógico, contribui efetivamente para a afirmação da identidade da criança negra e para que todos aprendam a apreciar a diversidade entre povos e culturas, considerando-se como fonte de riqueza o diálogo estabelecido com as diferenças.

Assumimos em nosso âmbito de atuação, o compromisso consciente que envolve diretamente a eliminação de práticas de racismo e das diversas formas de discriminação dirigidas ao grupo étnico-racial negro e nos cabe a divulgação de Projetos como o A Cor da Cultura, dos Produtos Culturais Afro-Brasileiros, em circulação, a partir da Lei Federal 10.639/03 e de propalar materiais tais como, por exemplo, o Kit Educativo que

nosso grupo de pesquisa produziu em parceria com o Governo do Estado, para hum mil e quinhentas escolas públicas, além de acessar e disponibilizar pesquisas, cursos, discussões com relação a história e cultura afro-brasileira e africana, com o intuito de subsidiar os educadores das redes de ensino e estudantes dos cursos de licenciatura.

Referências Bibliográficas

- AMÂNCIO, Iris Maria da C., GOMES, Nilma Lino, JORGE, Miriam Lúcia dos Santos. Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- ARAÚJO, Joel Zito. A criança negra na televisão brasileira. Rio de Janeiro: RIO MÍDIA, 2007 (www.multirio.rj.gov.br).
- BRANDÃO, Ana Paula. Saberes e Fazeres: modos de ver. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. (A Cor da Cultura)
- _____. A Cor da Cultura: rompendo o silêncio. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006.
- CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao fracasso escolar: preconceito e racismo, discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. (org.). Racismo e Anti-Racismo na Educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.
- Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Criança e Adolescentes – CECRIA – www.cecria.org.br
- FLEURI, Reinaldo Matias (Org.) Educação Intercultural: mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- _____. Pedagogia do Oprimido. RJ: Editora Paz e Terra, 1996.
- _____. Educação como prática da Liberdade. RJ: Editora Paz e Terra, 1994.
- GALVÃO, Afonso; GHESTI, Ivânia. Impacto da educação nos primeiros anos: uma perspectiva psicológica. In: SIMPÓSIO EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSTRUINDO O PRESENTE. Anais Brasília: UNESCO Brasil, 2003, p. 99-115.

- GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, SECAD, 2005.
- _____. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? Revista Brasileira de Educação, nº 21, São Paulo, 2000.
- GUARESCHI, Pedrinho A. Comunicação e poder: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa, estrangeiros na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1988.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira e SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- GOUVEA, Maria Cristina Soares de. Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 31, n. 1, 2005. Disponível em: www.scielo.br
- HALL, Stuart. A identidade em questão. trad. Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 4ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- LEI FEDERAL 10.639/03
- LEI FEDERAL 11.645/08.
- ATTELART, Armand e NEVEU, Érik. Introdução aos estudos culturais. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MEC/SECAD - Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientação e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.
- OROZCO, G.G. Hacia una dialéctica de la recepción televisiva: la estructuración de estrategias por los televidentes. In: Comunicação & Política na América Latina. Ano 8, v.22 a 25, p.57-73, 1993.
- RIZZINI, Irene. A Criança no Brasil Hoje. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Análise dos Modelos Culturais na Literatura Infanto-Juvenil Brasileira. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1980.
- SANT'ANNA, Wânia. Marco conceitual do projeto A Cor da Cultura. Brasília: Seppir, 2005.

- SOUSA, Andréia L. Personagens Negros na Literatura Infantil e Juvenil. In:
THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social de mídia. Rio de
Janeiro: Petrópolis, 1998.
- UNESCO. Declaração Universal dos Direitos Humanos, Viena, 1993.